*Francisco Paulo Jamil
Marques¹*

Universidade Federal do Paraná, Departamento de
Ciência Política

marquesjamil@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5256-1964>

Entre a politização da cobertura e a defesa do campo: Dilemas do jornalismo brasileiro

*Between politicizing the coverage and defending
the field: Brazilian journalism and its dilemmas*

https://doi.org/10.14195/2183-6019_17_2

Abstract:

This work aims to discuss to what extent specific transformations noticed in journalistic production routines result in a growing politicization of media coverage. More precisely, we argue that contrary to the principles of impartiality and objectivity claimed by the field of Journalism in Brazil, there is evidence of changes in the organizational connections of news companies and in the willingness of media professionals to act in political life. If, on the one hand, politicization has to do with the very survival of journalistic organizations (which struggle to maintain their legitimacy in a challenging economic scenario), on the other, there is a risk that being perceived as biased will modify the relationship that the field establishes with the public. By violating certain limits to refute opposing politicians, the commitment of journalistic organizations to the public interest may be called into question.

Keywords: Political journalism; news organizations; populism; news production routines.

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir um conjunto de transformações verificadas na gramática de produção jornalística que resultam em uma crescente politização da cobertura. Mais precisamente, sustenta-se que, em contradição com os princípios da imparcialidade e da objetividade reivindicados pelo campo do Jornalismo no Brasil, há evidências de alterações nas conexões organizacionais de empresas do ramo informacional e na tendência dos profissionais de imprensa de atuarem na vida política. Se, por um lado, a politização tem a ver com a necessidade de sobrevivência das empresas jornalísticas (que lutam para manter sua legitimidade em um cenário financeiro desafiador), por outro, existe o risco de que uma abordagem percebida como tendenciosa altere os acordos que o campo dos media estabelece com o público. Ao extrapolar determinados limites na ânsia de refutar políticos adversários, acaba-se colocando em dúvida o compromisso das organizações jornalísticas com a defesa do interesse público.

Palavras-chave: Jornalismo político; organizações jornalísticas; populismo; rotinas de produção.

¹ Professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná. Atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFPR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Introdução

Este trabalho explora a ideia de que tanto a democracia quanto o Jornalismo brasileiros enfrentam um momento de desafios inéditos no qual escolhas devem ser feitas. Quanto à dimensão atinente ao jogo democrático, sabe-se que o país enfrentou turbulências tão diversas, e em intervalos tão curtos, que atores políticos e instituições do Estado precisaram se reinventar diante das crises. Prova disso é a intensificação do papel político do Supremo Tribunal Federal (STF). De corte fundamentalmente voltada ao controle de constitucionalidade (isto é, dedicada a arbitrar rigorosamente em situações de dúvida quanto ao cumprimento ou não da Constituição Federal de 1988) e sustentada no trabalho de juízes com atuação discreta, o Supremo passou a estabelecer regramentos que, na perspectiva de diferentes juristas, extrapolam suas atribuições e prejudicam o equilíbrio entre os poderes ("Senadores e juristas criticam «ativismo» do STF em debate da CTFC," 2022). Talvez a causa de tal fenômeno resida em uma paulatina composição da corte por parte de ministros com

passado político-partidário. Como resultado, a tomada de decisões monocráticas que prejudicam ou favorecem líderes políticos acaba por intensificar a polarização das disputas partidárias, bem como as suspeitas de viés ideológico na formulação dos juízos. Dizendo-se de modo claro, a opção do STF tem sido encarnar um papel de protagonista, reivindicando a palavra final mesmo quando está sob severa crítica do Executivo e do Legislativo (Adjuto, 2022).

De modo paralelo, pode-se argumentar que os desafios da imprensa no Brasil contemporâneo guardam semelhanças com os problemas que afligem o nosso sistema democrático-institucional. Se, por um lado, as perturbações a afetarem o desempenho dos *media* têm origem na nova realidade que a digitalização impôs aos modelos de negócios da comunicação comercial, por outro, não se pode ignorar que as críticas sucessivas à atuação do Jornalismo profissional também encetam alterações nas rotinas de trabalho das redações. Da mesma forma que ocorre no caso de ministros do Supremo Tribunal Federal, repórteres de organizações

prestigiadas ampliam deliberadamente sua exposição pública, sentindo-se mais à vontade para opinar e construir uma *persona* mediante a utilização de redes sociais digitais. Se juízes da mais alta corte do país não veem problemas em tornar públicos posicionamentos individuais quando ainda estão a examinar processos sob sua responsabilidade, quais motivos os jornalistas teriam para se limitar aos "autos" da cobertura factual quando dispõem de uma legião de seguidores ávidos por opiniões pessoais? Sob a justificativa de que "tempos difíceis" exigem firmeza na tomada de posturas e defesa de princípios, a tentação pelo papel de protagonista parece forte demais para ser abandonada, o que coloca em xeque dois princípios comuns ao Jornalismo e ao Direito, a saber, a credibilidade e a imparcialidade.

Sustenta-se que a inquietação verificada no funcionamento tanto das organizações do Estado democrático quanto do campo do Jornalismo tem a ver com a ascensão de lideranças populistas. A utilização de uma retórica *anti-establishment* faz com que o populismo busque minar,

por meio da utilização de diferentes estratégias retóricas, a credibilidade da imprensa e de instituições democráticas com o intuito de estimular divisões sociais irreconciliáveis. Rivalizar e indicar como adversários instituições tradicionais têm sido uma das estratégias de líderes populistas na luta por ampliar sua visibilidade (Fontes & Marques, 2022; Happer et al., 2019).

Que opções restam às empresas jornalísticas e seus profissionais quando estes se veem continuamente confrontados e provocados a reforçar sua autoridade e compromisso com o interesse público? Devem eles simplesmente ignorar as acusações de viés e de favorecimento às “elites” e seguir com uma cobertura nos moldes tradicionais em busca de um comportamento “objetivo” e “imparcial”? Ou o mais correto é declarar que determinadas lideranças populistas, ao questionarem a essência das instituições democráticas, são ponto fora da curva e, por isso, devem ser tratadas de forma excepcional? Ou, alternativamente, o certo é defender um meio-termo, no qual as organizações jornalísticas alinham-se

transitoriamente a partidos de oposição a fim de combater o populismo?

Diante de severas tentativas de deslegitimação, a reação de parte dos agentes dos *media* tem sido não se deixar intimidar. Isto é, na busca por preservar sua autoridade epistêmica, muitos daqueles sob ataque argumentam que a única opção que resta é disputar o assentimento da opinião pública com políticos que os tratam como inimigos sob qualquer circunstância.

Pode-se sustentar que a reação mais incisiva do Jornalismo está relacionada à crescente adesão à ideia de que não se pode cobrir lideranças populistas empregando-se o procedimento tradicional de “ouvir os dois lados” (Parks, 2020). Mais precisamente, tal argumento defende que uma cobertura convencional apenas “normaliza” discursos extremistas e confere espaço privilegiado a narrativas qualificadas de antidemocráticas. Eventos políticos a exemplo de comícios e transmissões ao vivo em redes sociais constituem elementos essenciais para manter a coesão das narrativas populistas, mas, sem o suporte e a visibilidade da cobertura

jornalística, essas ações teriam alcance limitado (Krämer, 2014). Nas palavras de Mazzoleni (2008, p. 50), os *media* podem, intencionalmente ou não, “servir como ferramentas de mobilização para causas populistas”. Para o estudioso, mesmo enquadramentos negativos são potencialmente benéficos, pois o problema está na visibilidade que tais perspectivas continuam recebendo².

De qualquer modo, a postura de confronto pode entrar em contradição com os compromissos e os princípios que pautam a atuação da imprensa liberal. Na opinião de Ayala Panievsky (2022), “evidências iniciais sugerem que rebater acusações infundadas contra o jornalismo é crucial para manter – ou recuperar – a confiança do público dos *media*. Porém, com frequência, os jornalistas se abstêm de tornar tais argumentos explícitos, temendo que isso possa retratá-los como tendenciosos e auto-interessados”.

Nesse contexto, há novos dilemas inescapáveis – e que ainda não receberam a devida atenção por

² Todos os trechos de trabalhos citados e cuja publicação original se deu em língua inglesa foram traduzidos pelo autor deste ensaio.

parte da literatura especializada – a influenciarem os modos pelos quais o Jornalismo compreende e cumpre seu papel. Em que medida os confrontos com políticos populistas têm provocado mudanças nas rotinas de produção do jornalismo? Como se altera o conteúdo jornalístico a partir do embate com tais lideranças? Que consequências tais transformações percebidas nas práticas jornalísticas podem trazer tanto para o campo, quanto para as nossas democracias?

O objetivo deste ensaio é oferecer uma reflexão preliminar acerca das transformações ora experimentadas no âmbito da atividade jornalística brasileira. Pretende-se explorar as causas e os possíveis efeitos de tal postura adversária sobre a legitimidade do próprio Jornalismo junto à audiência. Este arrazoado se mostra particularmente útil uma vez que ainda não há consenso acerca de qual é a reação mais adequada que empresas e repórteres devem manifestar frente aos ataques de lideranças populistas. Por exemplo, não se sabe ao certo se, e em que medida, as escolhas feitas para responder aos desafios apresentados são passíveis de reversão. A

noção de “path dependence” (Parsons, 2007) sugere que decisões tomadas em determinado momento acabam por influenciar toda a cadeia de acontecimentos posteriores, sem permitir retorno àquele ponto inicial em que outras opções estavam disponíveis à mesa. Assim, é preciso cautela para diagnosticar estratégias de resistência institucional salutares ao prestígio do campo jornalístico.

Jornalismo político no Brasil: Entre a Profissionalização e a Reação às Críticas

Ainda que os padrões de atuação do Jornalismo brasileiro apenas tenham se alinhado aos princípios da imprensa comercial de inspiração norte-americana a partir dos anos 1950, não se pode negar que repórteres de organizações de maior porte alegam defenderem “padrões éticos tradicionais, como o valor da objetividade e neutralidade, assim como a crença de que os jornalistas nunca devem expressar uma opinião em suas matérias, evitando o ativismo” (Harlow, 2019, p. 130). Se, após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985),

o Jornalismo no país buscou reforçar uma identidade de instituição independente e fiscalizadora do Estado e seus respectivos governantes, isso não necessariamente implicou que os *media* desistiram de desempenhar um papel político relevante.

Em outras palavras, a reivindicação do campo do Jornalismo de que atua de maneira imparcial deve ser considerada de modo concomitante ao fato de que, desde as suas origens, a cobertura midiática no país se encontra, predominantemente, nas mãos de associações privadas. Diante da ausência de um forte sistema público de comunicação, um reduzido grupo de famílias administra a imprensa comercial hegemônica, ocupando, assim, o papel de principal *mediadora* do debate público (Marques & Miola, 2021).

Em variados casos, as organizações jornalísticas brasileiras intervêm diretamente nas decisões tomadas por instituições oficiais – Albuquerque (2005), por exemplo, menciona a ideia de “Poder Moderador” –, seja por meio dos enquadramentos adotados em sua cobertura noticiosa, seja através da defesa enfática de

determinadas políticas em seus editoriais (Marques et al., 2021). Assim, o reforço retórico a uma alegada postura de cão-de-guarda convive com aproximações pontuais entre o Jornalismo e determinadas autoridades, partidos ou instituições – o que gera contradições com a imagem cultivada de independência e zelo pelo interesse público (Matos, 2008).

Exemplo disso é a cobertura sobre a corrupção que envolveu Sérgio Moro, Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores e mais uma série de agentes da política. De acordo com Albuquerque (2021),

um determinado grupo de jornalistas estabeleceu relações estreitas com a equipe da Lava Jato, trocando o acesso a informações exclusivas por coberturas positivas, o que permitiu que os procuradores da Lava Jato ganhassem influência... (...) Isso contrasta com as expectativas costumeiras de como a mídia liberal deve se comportar”. Tal concepção vai além ao sugerir que a imprensa enfraqueceu as instituições democráticas: “As instituições de

controle não apenas falharam em impor limites a Bolsonaro, como também abriram caminho para que ele chegasse à Presidência.

Todavia, ao mesmo tempo em que fazem vistas grossas à corrupção patrocinada por lideranças políticas de diferentes partidos, tal perspectiva não reconhece que a parceria de jornalistas com o Ministério Público é algo recorrente no Brasil. Esse tipo de recurso foi insistentemente explorado em benefício do Partido dos Trabalhadores durante os anos 1990, durante os escândalos que marcaram o governo Fernando Henrique Cardoso (Morais, 1997).

Fato é que, se houve simpatia da imprensa hegemônica a Bolsonaro, ela durou pouco tempo. O populismo discursivo do mandatário investiu progressivamente no cultivo de dúvidas acerca do comprometimento dos *media* no que se refere a valores como neutralidade e objetividade. A cobertura negativa acerca dos problemas enfrentados no curso da administração Bolsonaro convergiu com o discurso populista de que os *media* fazem parte de uma classe

dominante e que suas versões de verdade são construídas com o intuito de enganar “o povo”. Nas palavras de Silvio Waisbord (2018), “instituições de apuração de fatos e responsabilização, proeminentes no imaginário democrático, são descartadas como agentes ideológicos de propaganda reacionária”.

Dentre os embates de Bolsonaro com organizações jornalísticas estão desde as tentativas do governo de comprometer as fontes de recursos financeiros das empresas jornalísticas (ao constranger anunciantes a não apoiarem emissoras adversárias) até ameaças de não renovar a concessão pública de emissoras de radiodifusão a exemplo da Rede Globo (Stycer, 2022). Além do mais, o apoio do governo Bolsonaro a diferentes perfis em redes sociais ou sites “alternativos” de notícias (iniciativas voltadas a compartilhar informações pró-governo) indicou a necessidade de que as organizações jornalísticas tradicionais tivessem de renegociar sua legitimidade junto à audiência.

Nesse sentido, tomando-se a perspectiva das empresas jornalísticas brasileiras, Bolsonaro patrocinou

um tipo de embate retórico até então inédito – de forma semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos durante o mandato de Donald Trump (Koliska et al., 2021) –, o que colocou em risco a sobrevivência de tais organizações.

Transformações nos Padrões de Cobertura do Jornalismo Político no Brasil

Sabe-se que a cobertura jornalística de assuntos políticos se transforma no decorrer do tempo (Deuze & Witschge, 2017). Algumas modificações são decorrentes das flutuações quanto à intervenção do Estado nos *media* (Hallin & Mancini, 2004; Rolland, 2009) ou de adaptações internas às gramáticas de produção noticiosa, a exemplo da adoção da entrevista como técnica de coleta de dados (Schudson, 1994). Mais recentemente, a mudança de tecnologias, além do surgimento de novos modelos de negócios e a polarização política, pressionaram jornalistas e organizações noticiosas a ajustarem suas práticas e discursos em uma escala sem precedentes (Hellmueller,

2015; Vos & Thomas, 2019) – o que se percebe no processo de busca por alternativas para fortalecer a credibilidade e autoridade epistêmica do campo jornalístico.

Um exemplo reside na proliferação de experiências dedicadas à checagem de fatos (Graves, 2018; Ferracioli et al., 2022). O Projeto Comprova envolveu jornalistas de mais de 40 organizações noticiosas brasileiras com o intuito de verificar informações que circulam no ambiente de comunicação digital (“Projeto Comprova, coalizão que verifica”, 2021) (Marques et al., 2023b). Uma das campanhas de maior visibilidade do Comprova ocorreu durante a pandemia de COVID-19, quando as organizações jornalísticas parceiras da iniciativa questionaram a veracidade dos dados oficiais publicados sob responsabilidade do Governo Federal quanto ao número de mortes e infectados (Homero, 2020). O Comprova atuou durante toda a administração de Bolsonaro, tendo sido encerrado logo depois de Lula da Silva ter assumido o cargo de Chefe do Poder Executivo pela terceira vez, em janeiro de 2023.

Em sintonia com o que ocorre em outros países (Carlson, 2016; Lawrence & Moon, 2021), os jornais brasileiros também têm publicado, com frequência, textos editoriais a fim de fortalecer metadiscursos em defesa da atividade (Marques et al., 2023a). O jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) sustentou, no editorial “Como nasce uma notícia falsa” (03 de maio de 2020), que “chefes de Estado” têm feito “ataques sistemáticos” para prejudicar o trabalho jornalístico (“Como nasce uma notícia falsa”, 2020). Em outra ocasião, OESP afirmou, em 04 de dezembro de 2022, que “a desmoralização da imprensa profissional foi uma bandeira de campanha do então candidato Jair Bolsonaro em 2018 e se tornou uma política informal de governo após sua posse como presidente da República. (...) não há precedentes para o que aconteceu no País nos últimos quatro anos desde pelo menos o fim da ditadura militar” (“O jornalismo profissional sobrevive”, 2022). De maneira semelhante, a *Folha de S. Paulo* (FSP) sustentou, em editorial veiculado no dia 03 de novembro de 2019, que “Bolsonaro não é o primeiro nem será o último

governante brasileiro a criticar a imprensa. (...) Mas ele é certamente o primeiro a transformar a desinformação em estratégia de comunicação, disseminando notícias falsas, ofensas e disparates num esforço sistemático para intoxicar o ambiente político e confundir o debate público” (“O método”, 2019).

As reações da imprensa nacional também envolvem a utilização de postagens em redes sociais para criticar agentes do campo político ou, mesmo, ridicularizá-los. A cruzada para condenar “quase todos os aspectos do governo [Bolsonaro] e o seu comportamento pessoal” (Albuquerque, 2021, p. 12) acaba aumentando, inadvertidamente, a visibilidade do presidente. Um exemplo é a notícia “Eleições 2022: Bolsonaro ironiza foto de Lula com Alckmin e escreve Kkkkkkkkkkkkkk” (Albuquerque, 2022). Nesse caso, o FSP ecoou uma das postagens do então presidente publicadas no Twitter em abril de 2022. Tal abordagem se revela interessante para o jornal, pois (1) ofereceu a *Folha* a oportunidade de atrair um público mais amplo graças às atitudes de “personalidades extravagantes”

(Mudde, 2004) e (2) permitiu ao jornal argumentar que estava apenas cobrindo um fato de interesse público, ou seja, adotando uma abordagem estritamente objetiva. Postura semelhante de desqualificar líderes populistas já havia sido discutida por Koliska et al. (2020) ao examinar a cobertura de Donald Trump.

Outro dado pertinente se refere à cobertura noticiosa dedicada a criticar empresas de comunicação que divergem ideologicamente ou que concorrem por verbas públicas. No decorrer da campanha eleitoral de 2022, a FSP publicou uma série de textos factuais a associarem a *Jovem Pan* – uma emissora de radiodifusão tradicional, com mais de 80 anos de atuação no mercado – ao Bolsonarismo. Conforme o trecho a seguir, a *Jovem Pan* foi uma das beneficiárias diretas dos recursos de propaganda investidos pelo Governo Bolsonaro – em detrimento de empresas como a própria *Folha*.

Ser apontada nas ruas como a voz dos seguidores de Jair Bolsonaro (PL) é o ápice da guinada da *Jovem Pan*, de 80 anos, que a levou

As reações da imprensa nacional também envolvem a utilização de postagens em redes sociais para criticar agentes do campo político ou, mesmo, ridicularizá-los

a um crescimento exponencial de audiência, aumento de verbas recebidas do governo federal e patrocínios de empresas comandadas por apoiadores do presidente da República. [...] A escolha dos termos dos comentaristas vem do dialeto bolsonarista. Lula é chamado de ex-presidiário, a ameaça democrática vem do “Judiciário ativista” ou do “ativismo de toga” — não das ofensivas do presidente contra as urnas —, a mídia tradicional é a “imprensa velha”... (“Como a Jovem Pan virou”, 2022)

Ainda durante a disputa pela Presidência em 2022, a cobertura informativa enfatizou os frequentes desentendimentos — inclusive físicos — entre jornalistas e apoiadores de Bolsonaro. Os relatos de agressões a profissionais da imprensa se transformaram em tema cotidiano, com as organizações jornalísticas repercutindo os efeitos das críticas do então presidente.

“Espíãs”. Assim foram tratadas as repórteres Victoria Abel, da CBN,

e Juliana Arreguy, do UOL, durante seu trabalho de cobertura do ato político em apoio a Jair Bolsonaro realizado neste 7 de setembro em São Paulo. Em uma postagem em sua conta no Twitter, Victoria afirmou que, apesar de nenhuma das duas estar identificada como jornalista, por não poder fazê-lo, foram apontadas por participantes do ato. “Reflieto sobre o medo em que nos acostumamos a trabalhar. Normalizamos a violência”, relatou. (...) Também no Rio, canais de rádio e TV optaram por cobrir a manifestação em Copacabana do alto de prédios. (...) A medida, que vem sendo adotada por alguns veículos já há alguns anos no Brasil, é reflexo de um cenário cada vez mais hostil para o trabalho da imprensa no país (Barbosa, 2022).

Uma nova evidência de transformação nas rotinas produtivas do Jornalismo reside no fato de que perfis em redes sociais agora permitem aos jornalistas não somente compartilhar os textos que produziram para os jornais, mas, também, manifestarem-se politicamente. Contar experiências

negativas ou esclarecer o público sobre técnicas e decisões cotidianas da profissão permitem aos jornalistas construir imagens públicas personalizadas, assim como estabelecer discursos e narrativas em torno de determinados valores deontológicos.

Se, inicialmente, as organizações jornalísticas recebiam que a objetividade das matérias restasse comprometida por conta da emissão de opiniões pessoais dos jornalistas, mais recentemente, tal tendência parece ter se alterado. Há duas prováveis explicações para esse fenômeno. Primeiramente, a exposição do lado “humano” dos repórteres se torna um elemento explorado comercialmente. Ou seja, a publicização de depoimentos ganha um novo valor no ecossistema dos *media* contemporâneos ao possibilitar a captação de maiores índices de audiência. Em segundo lugar, a publicação de relatos pessoais elaborados por repórteres que sofreram agressões verbais ou físicas reforça a postura do jornal de defensor de valores como democracia e tolerância. Isto é, a organização jornalística tem a oportunidade de argumentar que a anormalidade reside

nos ataques ao trabalho da imprensa, o que abre espaço para flexibilizar as posturas normativamente esperadas de objetividade e neutralidade.

Por exemplo, ao final do segundo turno das eleições de 2022, quando Lula da Silva derrotou Jair Bolsonaro, a jornalista Flávia Oliveira, do canal de televisão por assinatura *GloboNews*, afirmou que o sucesso do candidato do Partido dos Trabalhadores representava “uma vitória das minorias brasileiras que se uniram em defesa de um projeto de país mais democrático e mais igualitário. Acho importante reconhecer a vitória desse povo, o povo brasileiro” (“Vitória das minorias brasileiras”, 2022).

Ao mesmo tempo, dada a crescente desconfiança do público em relação a materiais elaborados por profissionais que se posicionam politicamente em perfis pessoais, outras organizações jornalísticas têm implementado políticas mais estritas quanto à manifestação de opiniões. A ideia é evitar que polêmicas criadas no âmbito individual causem prejuízos à imagem da organização. Por exemplo, Liz Spayd, ex-editora do *The New York Times*, aponta que a

utilização de redes sociais por jornalistas para emitir posições pessoais pode indicar uma falta de alinhamento com preceitos normativos da atividade (LaFrance, 2017).

Em resumo, os elementos aqui apontados denotam a variedade de padrões de cobertura notadamente desviantes do modelo de objetividade e imparcialidade que o Jornalismo brasileiro costuma reivindicar. O fato de os jornais passarem a investir com maior frequência e intensidade na defesa retórica de seus procedimentos colabora para o diagnóstico de que o campo dos *media* no Brasil passa por um momento de turbulência – e que exige que escolhas sejam feitas, o que, naturalmente, gera consequências.

Para Concluir: Uma Reflexão sobre as Consequências da Politização da Cobertura

Este ensaio discutiu diferentes exemplos de transformações recentes na gramática de produção jornalística que estão associados a uma crescente politização da cobertura. O arrazoado

também endereçou possíveis efeitos de tal postura adversária sobre a legitimidade e a credibilidade que o Jornalismo busca cultivar junto à audiência.

As ilustrações aqui debatidas reforçam que um maior grau de politização da cobertura jornalística no Brasil está em contradição com a reivindicação corrente no campo de que zela pelos princípios da imparcialidade e da objetividade. Em outras palavras, há evidências de que os variados aspectos a envolverem a definição clássica de paralelismo político (conteúdo dos *media*, conexões organizacionais, tendência dos profissionais de imprensa de atuarem na vida política e partidarismo da audiência) têm sofrido alterações que entram em conflito com a tradicional reivindicação de nossas organizações jornalísticas de que mantém uma posição de distanciamento político-ideológico para manter intocado seu papel de cão-de-guarda (Mellado & Van Dalen, 2014; Mellado et al., 2012).

De fato, parcela relevante das organizações jornalísticas no país tem feito vistas grossas a manifestações políticas de seus profissionais. Se, em

março de 2019, a *Folha de S. Paulo* orientou seus repórteres a não destrar quem quer que seja – “em caso de insultos ou ofensas pessoais, responda educadamente ou ignore, mas jamais troque desaforos” (“Manual de Redação”, 2019b) –, poucos meses depois, pode-se dizer que a diretriz não tem sido cumprida.

Mesmo grupos de comunicação concorrentes e que até há pouco externavam posições eventualmente conflitantes passaram a sustentar uma postura convergente no que se referiu à avaliação das ações do governo Bolsonaro. Prova disso é que, no início de 2019, os principais jornais impressos do país – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – criticaram, em uníssono, o chamado “inquérito das fake news”, instaurado pelo Supremo Tribunal Federal a fim de investigar denúncias de compartilhamento de desinformação e discursos de ódio em redes sociais digitais (Supremo Tribunal Federal, 2019).

A preocupação externada à época se referia ao risco de censura prévia. Contudo, pouco mais de um ano depois, as mesmas organizações jornalísticas defenderam e elogiaram, em

seus editoriais, a legalidade da medida (“Inaceitáveis pressões”, 2020).

Torna-se fundamental, então, especular sobre em que medida a politização é resultado da própria necessidade de sobrevivência das empresas jornalísticas. Dito de outro modo, é necessário pensar a imprensa não somente como agente interessado em patrocinar determinadas agendas ou ideologias políticas, mas como empresa atenta à oportunidade econômica aberta pela rivalidade com atores externos ao campo – o que atrai audiência cativa (Fontes & Marques, 2022). Isso significa que o excesso de atenção conferido a líderes populistas acaba se mostrando algo comercialmente lucrativo para as próprias empresas jornalísticas, dada a manutenção de um nicho de audiência que aprecia uma cobertura de ênfase interpretativo-opinativa mesmo nas seções factuais.

É pertinente notar que mesmo profissionais com ampla experiência têm se incomodado com o “excesso de opinião e pouca reportagem” que marcou a cobertura eleitoral de 2022. De acordo com Mauricio Stycer, colunista da *Folha de S. Paulo* e crítico

de mídia, a disputa protagonizada por Lula e Bolsonaro contou com “mais analistas e colunistas do que repórteres” – o que atrapalhou o desempenho da imprensa (Stycer, 2022b).

Assim, a esta altura, cabe questionar: Quais os efeitos de uma crescente politização do Jornalismo no que se refere à percepção que a audiência tem sobre a atividade? Em que medida o nível de confiança ou de desconfiança do público na cobertura da política se altera tendo em vista um maior engajamento de organizações e profissionais do campo informativo nos confrontos?

Ainda que sejam escassas investigações a relacionarem politização da cobertura, de um lado, confiança nos conteúdos jornalísticos, de outro, não há dúvidas de que uma abordagem percebida como tendenciosa altera a maneira como o campo dos *media* estabelece seus acordos com o público. Empresas do ramo informacional que investem em postagens de redes sociais digitais com tom marcadamente opinativo permitem ao leitor repensar quais são os limites do bom Jornalismo. Profissionais ligados à cobertura

*Torna-se
fundamental,
então, especular
sobre em que
medida a
politização é
resultado da
própria necessidade
de sobrevivência
das empresas
jornalísticas*

factual passam, muitas vezes, a serem identificados pelo público como agentes politicamente interessados. Talvez essa seja uma das explicações mais plausíveis para entender a rejeição de uma crescente parcela do público em relação à imprensa no Brasil (Toledo, 2023). Mais precisamente, sugere-se que, ao passar de determinado ponto na cobertura na ânsia de refutar o populismo ou políticos adversários, acaba-se colocando em dúvida o compromisso das organizações jornalísticas com a defesa do interesse público.

Autores veteranos no estudo do Jornalismo, a exemplo de Jay Rosen, sustentam que existe uma diferença entre defender o regime democrático e sustentar a candidatura de determinado candidato. Em entrevista à CNN, Rosen afirmou que “a primeira coisa que as organizações jornalísticas devem fazer é anunciar que são pró-democracia, pró-verdade, pró-ciência, pró-evidências e pró-voto. Isso significa denunciar os maus atores que estão tentando ativamente minar a democracia” (Maruf, 2021). Trata-se de um argumento convincente à primeira vista. Contudo, há dúvidas sobre se o público é capaz de fazer

tal diferenciação. Ao mesmo tempo, nada garante que a “licença” para se desviar da objetividade e da neutralidade com a intenção de “defender a democracia” não esteja sendo utilizada pelos jornais e repórteres como artifício para promover interesses próprios. É justamente por conta de tais ruídos concernentes ao exercício da atividade que deve haver maior parcimônia na adoção de rotinas para as quais profissionais dos *media* não foram treinados.

Nesse sentido, se a administração Bolsonaro é considerada, por muitos, um sobressalto na consolidação da democracia experimentada após o encerramento da ditadura civil-militar, pode-se dizer que o Jornalismo praticado no país entre 2019 e 2022 é um ponto fora da curva? A experiência recente de democracias estáveis sugere que a cobertura noticiosa de perfil engajado se tornou comum em diferentes culturas jornalísticas. Nomeadamente, o sistema dos *media* nos Estados Unidos supostamente estaria adotando um caráter “liberal polarizado”, onde a politização e o ativismo tomaram conta de grande parte do jornalismo tradicional (Nechushtai, 2018). Cabe,

então, retomar a ideia de “path dependence” proposta por Parsons (2007) de que certas escolhas tomadas no âmbito de um contexto específico determinam trilhas históricas singulares – alterando, assim, o leque de escolhas disponíveis no futuro. É essencial resgatar tal noção para entendermos em que medida as mudanças aqui debatidas são transitórias ou não.

Ademais, não se pode ignorar um agravante que caracteriza o panorama dos *media* brasileiros: ainda que determinadas alterações nas rotinas de trabalho dos jornalistas tenham sido verificadas ao longo das últimas décadas, persiste a concentração da propriedade privada das empresas jornalísticas nas mãos de poucas famílias (Marques & Miola, 2021). Tais grupos não somente controlam fontes de informação prestigiadas, mas, também, atuam como parceiros de sociedades que atuam em áreas como agronegócio, logística e mercado financeiro (Media Ownership Monitor, 2017). Nesse sentido, em sintonia com Matos (2008), é possível dizer que a democratização mais ampla da sociedade e dos *media* no Brasil é um projeto em andamento.

Quanto à agenda de pesquisas futuras, este ensaio sugere a necessidade de investigar a hipótese sobre se, e em que medida, a correlação de forças entre imprensa e políticos autoritários é modulada pela força (ou fraqueza) das instituições democráticas (Levitsky e Murillo, 2009). Enquanto nos Estados Unidos e no Brasil as instituições têm procurado resistir aos ataques de líderes populistas, essas disputas podem resultar no silenciamento formal de vozes de oposição em sistemas políticos no qual representantes autoritários instrumentalizam o Legislativo e o Judiciário. Por exemplo, na Rússia, o Kremlin fechou abruptamente a TVS, em 2003 (a última estação de TV independente remanescente); na Venezuela, Hugo Chávez encerrou as atividades da Radio Caracas Televisión (RCTV), em 2007 (“Putin pulls plug on”, 2003) (Reuters, 2007).

Dito de outro modo, as características do sistema dos *media* de cada país impõem barreiras (que podem ser mais fracas ou mais fortes) quanto até onde os líderes populistas podem ir em sua luta contra a imprensa. A título de ilustração, para cassar a concessão de uma emissora de TV

no Brasil, é necessária a aprovação de dois quintos do Congresso – uma tarefa difícil, já que vários parlamentares possuem canais de transmissão (Miola, 2012). Então, em contextos caracterizados por maior autonomia dos parlamentos, talvez seja mais atraente para os populistas rivalizar com o Jornalismo em vez de silenciá-lo.

Referências

- Adjuto, D. (2022, 21 de abril). Lira vai ao STF para que Câmara tenha palavra final sobre perda de mandato. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lira-vai-ao-stf-para-que-camara-tenha-palavra-final-sobre-perda-de-mandato/>
- Albuquerque, A. (2005). Another ‘fourth branch’: Press and political culture in Brazil. *Journalism*, 6(4), 486–504. <https://doi.org/10.1177/1464884905056817>
- Albuquerque, A. (2021). The two sources of the illiberal turn in Brazil. *The Brown Journal of World Affairs*, 27 (127). <https://bjwa.brown.edu/27-2/the-two-sources-of-the-illiberal-turn-in-brazil/>

- Albuquerque, A. L. (2022, 8 de abril). Bolsonaro ironiza foto de Lula com Alekmin e escreve Kkkkkkkkkkkkkk. Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/bolsonaro-ironiza-foto-de-lula-com-alckmin-e-escreve-kkkkkkkkkkkkkk.shtml>
- Barbosa, B. (2022, 9 de setembro). 7 de Setembro comprova clima de intimidação a jornalistas. *Poder360*. <https://www.poder360.com.br/opiniaio/7-de-setembro-comprova-clima-de-intimidacao-a-jornalistas/>
- Carlson, M. (2016). Metajournalistic discourse and the meanings of journalism. *Communication Theory*, 26(4), 349–368. <https://doi.org/10.1111/comt.12088>
- Como a Jovem Pan virou a voz do bolsonarismo. (2022, 17 de setembro). Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/como-a-jovem-pan-virou-a-voz-do-bolsonarismo.shtml>
- Como nasce uma notícia falsa. (2020, 3 de maio). O Estado de S. Paulo. <https://www.estadao.com.br/opiniaio/como-nasce-uma-noticia-falsa/>
- Deuze, M., & Witschge, T. (2017). Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, 19(2), 165–181. <https://doi.org/10.1177/1464884916688550>
- Ferracioli, P., Kniess, A., & Marques, F. P. J. (2022). The watchdog role of fact-checkers in different media systems. *Digital Journalism*, 10(5), 717–737. <https://doi.org/10.1080/21670811.2021.2021377>
- Fontes, G., & Marques, F.P.J. (2022). Defending democracy or amplifying populism? Journalistic coverage, Twitter, and users’ engagement in Bolsonaro’s Brazil. *Journalism*, 24(8), 1–23. <https://doi.org/10.1177/14648849221075429>
- Graves, L. (2018). Boundaries not drawn: Mapping the institutional roots of the global fact-checking movement. *Journalism Studies*, 19(5), 613–631. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1196602>
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge University Press.
- Happer, C., Hoskins, A., & Merrin, W. (Eds.). (2019). *Trump’s media war*. Palgrave Macmillan.
- Harlow, S. (2019). Recognizing the importance of alternative media: Role perceptions and journalistic culture in Brazil. *Journalism Studies*, 20(1), 117–135. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1364139>
- Hellmueller, L. (2015). Journalists’ truth justification in a transnational news environment. In T. P. Vos & F. Heinderyckx (Eds.), *Gatekeeping in transition* (pp. 47–64). Routledge.
- Homero, V. (2020, 14 de agosto). Dados oficiais de COVID-19 e do consórcio de imprensa variam menos que 1%. *Poder360*. <https://www.poder360.com.br/midia/dados-oficiais-de-covid-19-e-do-consorcio-de-imprensa-variarmenos-que-1/>
- Koliska, M., Chadha, K., & Burns, A. (2020). Talking back: Journalists defending attacks against their profession in the Trump era. *Journalism Studies*, 21(11), 1496–1513. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1763190>
- Krämer, B., & Langmann, K. (2020). Professionalism as a response to right-wing populism? *International Journal of Communication*, 14, 5643–5662. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/14146>

- LaFrance, A. (2017, 16 de maio). Q&A with Liz Spayd, the controversial public editor of the New York Times. *The Atlantic*. <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2017/05/a-conversation-with-liz-spayd-public-editor-of-the-new-york-times/526737/>
- Lawrence, R., & Moon, Y. (2021). “We aren’t fake news”: The information politics of the 2018 #freepress editorial campaign. *Journalism Studies*, 22(2), 155–173. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1831399>
- Levitsky, S., & Murillo, M. (2009). Variation in institutional strength. *Annual Review of Political Science*, 12, 115–133. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.091106.121756>
- Manual de Redação – Redes Sociais. (2019b, 13 de março). Folha de S. Paulo. <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/redes-sociais.shtml>
- Marques, F. P. J., & Miola, E. (2021). Key concepts, dilemmas, and trends in political communication: A literature review considering the Brazilian landscape. *Annals of the International Communication Association*, 45(2), 95–112. <https://doi.org/10.1080/23808985.2021.1945479>
- Marques, F.P.J., Mont’Alverne, C., & Mitozo, I. (2021). Editorial journalism and political interests: Comparing the coverage of Dilma Rousseff’s impeachment in Brazilian newspapers. *Journalism*, 22(11), 2816–2835. <https://doi.org/10.1177/1464884919894126>
- Marques, F.P.J., Miola, E., Vos, T.P., Fontes, G., & Santos, D. (2023a). “Fake news” and journalistic authority in newspaper editorials. *Journalism Studies*, 24(8), 1087–1110. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2023.2214941>
- Marques, F.P.J., Ferracioli, P., Comel, N., & Kniess, A. (2023b). Who is who in fact-checked conspiracy theories? Disseminators, sources, and the struggle for authority in polarized environments. *Journalism*. <https://doi.org/10.1177/14648849231165579>
- Maruf, R. (2021, 12 de dezembro). News outlets should be openly 'pro-democracy,' journalism professor says. <https://edition.cnn.com/2021/12/12/media/jay-rosen-reliable-sources-political-coverage-democracy/index.html>
- Matos, C. (2008). *Journalism and political democracy in Brazil*. Lexington Books.
- Mazzoleni, G. (2008). Populism and the media. In D. Albertazzi & D. McDonnell (Eds.), *Twenty-first century populism* (pp. 49–64). Palgrave Macmillan.
- Media Ownership Monitor (2017). Who owns the media in Brazil? <https://brazil.mom-rsf.org/en/>
- Mellado, C., Moreira, S., Lagos, C., & Hernández, M. (2012). Comparing journalism cultures in Latin America: The case of Chile, Brazil and Mexico. *International Communication Gazette* 74(1), 60–77. <https://doi.org/10.1177/1748048511426994>
- Mellado, C., & Van Dalen, A. (2014). Between rhetoric and practice: Explaining the gap between role conception and performance in journalism. *Journalism Studies*, 15(6), 859–878. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2013.838046>
- Miola, E. (2012). *A criação da Empresa Brasil de comunicação em debate no Congresso e na imprensa* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].

- Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/47342>
- Morais, M. (1997, 20 de fevereiro). Motta acusa procuradores no caso banda B. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi200212.htm>
- Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541–563. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
- Nechushtai, E. (2018). From liberal to polarized liberal? Contemporary US news in Hallin and Mancini’s typology of news systems. *The International Journal of Press/Politics*, 23(2), 183–201. <https://doi.org/10.1177/1940161218771902>
- O Inaceitáveis pressões sobre o Supremo. (2020, 29 de maio). O Globo. <https://oglobo.globo.com/opiniao/inaceitaveis-pessoes-sobre-supremo-1-24451240>
- O jornalismo profissional sobrevive. (2022, 4 de dezembro). O Estado de S. Paulo. <https://www.estadao.com.br/opiniao/o-jornalismo-profissional-sobrevive/>
- O método. (2019, 3 de novembro). olha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/o-metodo.shtml>
- Panievsky, A. (2022). It’s time for PR for journalism. *Nieman Lab*. <https://www.niemanlab.org/2022/12/its-time-for-pr-for-journalism/>
- Parks, P. (2020). The ultimate news value: Journalism textbooks, the U.S. presidency, and the normalization of Donald Trump. *Journalism Studies*, 21(4), 512–529. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2019.1686413>
- Parsons, C. (2007). *How to map arguments in political science*. Oxford Press.
- Projeto Comprova, coalizão que verifica conteúdos falsos, inicia quarta fase com 33 veículos. (2021, 1 de junho). Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/projeto-comprova-coalizacao-que-verifica-conteudos-falsos-inicia-quarta-fase-com-33-veiculos.shtml>
- Putin pulls plug on last critical TV channel. (2003, 23 de junho). The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2003/jun/23/media.russia>
- Stycer, M. (2022, 21 de dezembro). Ameaça de Bolsonaro sobre concessão da Globo serviu para agradar apoiadores. *UOL Notícias*. <https://noticias.uol.com.br/colunas/mauricio-stycer/2022/12/21/ameaca-de-bolsonaro-sobre-concessao-da-globo-serviu-para-agradar-apoiadores.htm>
- Reuters. (2007, 9 de agosto). Venezuela replaces opposition TV with state network. <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-rctv-idUSN2723008820070528>
- Rolland, A. (2009). A clash of media systems?: British Mecom’s takeover of Norwegian Orkla Media. *International Communication Gazette*, 71(4), 263–281. <https://doi.org/10.1177/1748048509102181>
- Senadores e juristas criticam “ativismo” do STF em debate da CTFC. (2022, 5 de julho). Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/05/senadores-e-juristas-criticam-201cativismo201d-do-stf-em-debate-da-ctfc>
- Schudson, M. (1994). Question authority: A history of the news interview in American journalism, 1860s–1930s. *Media, Culture & Society*, 16(4), 565–587. <https://doi.org/10.1177/016344379401600403>
- Stycer, M. (2022b, 9 de outubro). Folha: Cobertura eleitoral teve excesso

- de opinião e pouca reportagem. <https://noticias.uol.com.br/colunas/mauricio-stycer/2022/10/09/folha-cobertura-eleitoral-teve-excesso-de-opiniao-e-pouca-reportagem.htm>
- Supremo Tribunal Federal. (2019). Inquérito 4781. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5651823>
- 'Vitória das minorias brasileiras', analisa Flávia Oliveira sobre eleição de Lula. (2022, 30 de outubro). G1. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/vitoria-das-minorias-brasileiras-analisa-flavia-oliveira-sobre-eleicao-de-lula.ghtml>
- Toledo, J. R. (2023, 15 de junho). Confiança e interesse por notícias caem no Brasil e no Mundo. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jose-roberto-de-toledo/2023/06/15/confianca-e-interesse-por-noticias-caem-no-brasil-e-no-mundo.htm>
- Vos, T.P., & Thomas, R. (2019). The discursive (re)construction of journalism's gatekeeping role. *Journalism Practice*, 13(4), 396–412. <https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1478746>
- Waisbord, S. (2018). Truth is what happens to news: On journalism, fake news, and post-truth. *Journalism Studies*, 19(13), 1866–1878. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1492881>